

Brasília, 30 de setembro de 2020

Às Vossas Excelências  
Ministros e Ministras do Supremo Tribunal Federal  
Brasília – DF

Assunto: Privatização PETROBRAS

Excelentíssimos(as) Ministros(as) do STF,

Cumprimentando-os(as) cordialmente e tendo em vista o processo de votação sobre a entrega de refinarias da Petrobras, enviamos anexa a Carta Aberta < <https://bit.ly/2SjhaKp>> assinada por dezenas de entidades da sociedade civil, mediante a qual questionamos o processo de entrega no nosso patrimônio público estratégico e lucrativo, por completa falta de justificativas minimamente aceitáveis para isso, conforme trecho que transcrevemos:

*As privatizações e a consequente desintegração da Petrobras estão na contramão da tendência da indústria internacional e da crescente relevância das companhias petrolíferas estatais.*

*As estatais já são 19, entre as 25 maiores empresas de petróleo e gás natural, controlando 90% das reservas e 75% das produções mundiais.*

*As vendas de ativos da Petrobrás não se justificam pela redução do endividamento e estão em contradição com o aumento da integração vertical e da internacionalização das companhias de petróleo, inclusive as estatais.*

*O que pode ser atribuída à venda de ativos limitou-se a 25,65% da redução da dívida líquida, entre o final de 2014 e o final de 2018. Cerca de três quartos (74,35%) desta redução teve origem na geração operacional de caixa da Petrobrás.*

*O somatório do lucro operacional do Abastecimento da Petrobrás nos anos de 2015, 2016 e 2017 registrou US\$ 23,7 bilhões, em valores corrigidos para 2018, enquanto o E&P (exploração/produção) obteve US\$ 9,4 bilhões no mesmo período, quando o preço do petróleo médio foi de US\$ 52,68 por barril.*

*As privatizações de refinarias, terminais, dutos e da distribuidora trazem prejuízos muito mais graves à resiliência e mesmo à sobrevivência da Petrobrás do que presumíveis benefícios pela redução dos gastos com juros, decorrentes da antecipação da redução da dívida.*

Contamos com Vossas Excelências para impedir mais esse dano ao patrimônio público brasileiro.

Atenciosamente,

---

Maria Lucia Fattorelli  
Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida